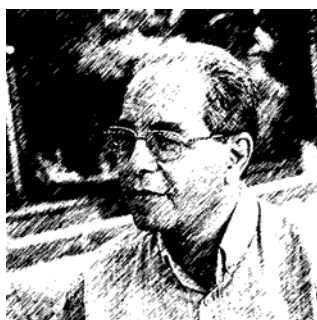


O segredo de combinar continuidade e mudança

Entrevista com Sebastião Velasco e Cruz¹



Presidente do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC) e Professor Titular de Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Sebastião Velasco e Cruz tem se dedicado à reflexão sobre os dilemas de países em desenvolvimento diante das reformas econômicas mundiais de corte liberal – posto privilegiado para observar o Brasil e seu lugar no sistema internacional a partir da conjuntura ensejada pelos resultados eleitorais de 2010. Aqui, Velasco lança hipóteses perspicazes sobre as perspectivas brasileiras diante dos bloqueios externos e de imperativos internos como integração de políticas governamentais, políticas de inovação e enfrentamento das desigualdades sociais. Conjecturas tão lúcidas quanto provocantes.

Revista Faac: Descontadas as estocadas de todos os lados nas disputas políticas e eleitorais, o que há efetivamente de continuidade e de ruptura na política macroeconômica e nas políticas de desenvolvimento da “Era Lula” em relação à “Era FHC”?

Sebastião Velasco e Cruz: *Acho que não dá para falar, em bloco, de duas eras, pelas discontinuidades que marcaram ambos os governos. Em relação ao período FHC, o divisor de águas foi a crise financeira no fim de 1998, que provocou uma intervenção direta no Banco Central e teve como resultado a mudança de seu comando, uma forte depreciação do real e a adoção combinada dos regimes de câmbio flutuante e de metas inflacionárias. No que diz respeito ao governo Lula, a infl-*

xão se deu a partir da demissão do Palocci [Ministro da Fazenda Antônio Palocci] e ganhou contornos mais nítidos depois da eleição de 2006, quando a tônica desenvolvimentista se tornou dominante. Isto posto – e não obstante a continuidade nas áreas monetária e cambial –, as diferenças na política econômica dos dois governos são notáveis. Basta pensar na orientação dada ao BNDES [Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social] em suas três gestões ao longo do governo Lula: [Carlos] Lessa, [Guido] Mantega e [Luciano] Coutinho. E ainda no papel reservado às agências regulatórias, no significado do PAC [Programa de Aceleração do Crescimento], nas implicações macroeconômicas das políticas de transferência de renda, e, sobretudo, na política de recomposição do valor do salário mínimo.

1 Entrevista concedida a Jefferson O. Goulart em agosto de 2011.

Rev. Faac: Seria adequado inferir que, tendo em vista os termos em que transcorreu o debate eleitoral e programático das eleições de 2010, foi legitimada uma agenda desenvolvimentista para o país? Quais seriam as implicações e desafios desse novo padrão no plano doméstico?

SVC: *Creio que sim. Em certo sentido, o que houve de mais importante no debate eleitoral do ano passado foi o consenso contundente em torno das orientações gerais das políticas sociais e de desenvolvimento. A campanha oposicionista começou alardeando esse fato ao apresentar o seu candidato como o mais credenciado para fazer o que vinha sendo feito, só que de forma mais ampla, e melhor. Quando os rendimentos dessa estratégia de identificação com o governo Lula se revelaram frustrantes, a campanha oposicionista ganhou um tom mais agressivo e voltou-se contra a pessoa da candidata da situação. Foi a campanha de Dilma que tomou a iniciativa de marcar as diferenças programáticas, contrastando o acervo de Lula ao de FHC, e insistindo no tema da privatização, para grande incômodo de [José] Serra assim como, quatro anos antes, tinha sido para o então candidato à presidência [Geraldo] Alckmin.*

O desafio central está estampado nas páginas de todos os jornais: como combinar crescimento e estabilidade macroeconômica num quadro de crise econômica internacional prolongada? Como evitar que os desequilíbrios ocasionados pelas políticas de administração de crise adotadas pelos países centrais se convertam no Brasil em bloqueios para suas políticas de desenvolvimento? No presente, essas perguntas se traduzem no desafio de trazer os juros para patamares “civilizados” e conter a sobrevalorização do real.

Em perspectiva de longo prazo, as questões críticas dizem respeito à articulação entre políticas governamentais: como garantir que as oportunidades abertas pelo pré-sal, em termos de encadeamentos produtivos e salto tecnológico, sejam devidamente aproveitadas? Como assegurar que os investimentos maciços para suprir as imensas carências sociais do país sirvam também como alavanca para o desenvolvimento tecnológico?

O Brasil dispõe de um sistema produtivo complexo e diversificado, mas ainda está longe de internalizar as fontes de dinamismo tecnológico (“núcleos endógenos de inovação”, na linguagem da política industrial dos anos 80). Para alcançar esse objetivo será preciso aumentar muito o grau de integração entre as políticas governamentais,

de modo a dar respostas minimamente coerentes aos dilemas que uma política desse tipo necessariamente envolve. Será preciso, ademais, suprir os enormes déficits que ainda temos no que tange à educação fundamental e média, bem como à formação científica dos estudantes brasileiros.

Rev. Faac: A aspiração a um ciclo de desenvolvimento, qualquer que seja, esbarra em relações de interdependência com atores políticos e econômicos internacionais. Na sua avaliação, quais seriam os principais constrangimentos externos?

SVC: *Além dos já mencionados, é possível citar a movimentação de capitais de curto prazo e a concorrência de produtos importados, comercializados no mercado brasileiro a preços imbatíveis, pelo efeito combinado do câmbio e de particularidades institucionais nos países de origem. Em outro plano, há a adoção de normas internacionais tendentes a reduzir o espaço para a implantação de políticas nacionais de desenvolvimento, ou a consagração de interpretações ainda mais restritivas às normas hoje existentes. Penso, especialmente, nas regras de propriedade intelectual.*

Rev. Faac: Seguindo a mesma linha, e considerando os embaraços e empecilhos da regulação do comércio internacional (vide os impasses da rodada Doha), as dificuldades de recuperação da economia norte-americana, o fluxo de capital externo, a crescente importância da China ou os impasses do Mercosul em sua institucionalização e na integração regional, quais os principais temas e dilemas da política externa brasileira?

SVC: *Apesar das diferenças de estilos, a política externa é uma área na qual a continuidade entre os governos Lula e Dilma é mais visível. Em termos gerais, os temas e prioridades se mantêm: no exercício de seu novo papel como ator global de peso, o Brasil reafirma seu compromisso estratégico com a integração sul-americana e com a adesão aos princípios universalistas da não ingerência e da busca de solução pacífica para os conflitos internacionais. Agora, essa política se vê confrontada com problemas novos. Em um plano, está o fracasso das negociações multilaterais e iniciativas de grupos de países com vistas a alterar em benefício próprio o regime internacional de comércio, por fora das organizações internacionais existentes. Em outro plano, encontram-se as tensões geopolíticas, que não foram atenuadas pela chamada “primavera árabe”, pelo contrário. Mas esses não são desafios apenas para a*

política externa brasileira. Eles dizem respeito a todos os países do mundo.

Rev. Faac: A transição para a democracia no Brasil marca uma dupla mudança: de regime político e do modelo de Estado. A essa transformação também corresponde uma séria crise de hegemonia, só reconstruída tempos depois com o primeiro governo de FHC, com a conquista de uma nova maioria parlamentar, a agenda da estabilidade e uma orientação liberista. No período atual, que tipo de hegemonia temos?

SVC: *Este é um tema que precisaria ser muito melhor investigado do que tem sido. Com todas as reservas que esta observação implica, o que posso fazer aqui é uma breve reflexão. Depois de um longo ciclo de crescimento sob o regime militar, o Brasil ingressou na década de 1980 mergulhado em profunda crise econômica e em fase de transição política. As manifestações mais contundentes dessa combinação explosiva foram, no plano econômico, a queda acentuada nos índices históricos de crescimento médio e a inflação desenfreada e, na esfera política, o processo agudo de polarização que desaguou nas eleições presidenciais de 1989, depois de marcar profundamente o trabalho da Constituinte. A vitória de Fernando Collor de Mello coincidiu quase exatamente com a queda do muro de Berlim. É sob o signo desse duplo desfecho que as reformas liberais seriam aplicadas no Brasil: um governo com sustentação partidária extremamente frágil, mas com poderes excepcionais para enfrentar uma situação catastrófica de crise econômica, fator adicionado a um mundo atordoado pela decomposição súbita do bloco soviético e a pujança incontrastável dos Estados Unidos. A carreira do conndottiere foi curta, mas intensa. Ele deixou como herança uma política de estabilização fracassada, além de um programa de reformas de longo prazo a meio caminho. Com apoios políticos incomparavelmente mais sólidos, Fernando Henrique Cardoso tomou o bastão e deu prosseguimento ao trabalho – primeiro como ministro, depois como presidente – de forma mais metódica e com menor radicalismo. Somados os dois períodos, foram quase dez anos de comando ininterrupto. Nesse meio tempo, a inflação foi debelada e a economia brasileira conheceu mudanças profundas.*

A orientação da política externa também mudou sensivelmente nesse período. Preservado o universalismo de nossa tradição diplomática, seus condutores abandonaram a postura reativa que marcou a atitude externa do país em passado recente e tomaram um rumo que foi caracterizado por muitos

analistas como o da “busca da autonomia pela integração”. Nisso foram em muito ajudados pela prevalência do “internacionalismo liberal” na retórica, ainda que nem sempre na prática, do governo Clinton. Os dois planos – o interno e o externo – casavam-se harmoniosamente, e a certa altura a realização da profecia de Sergio Motta – segundo a qual os tucanos não estariam inaugurando um mandato presidencial apenas, mas um ciclo de governo de 20 anos – pareceu garantida. Mas vieram, então, os imprevistos. As crises financeiras internacionais forçaram a quebra do regime de câmbio, e, pouco depois, o colapso do sistema de energia elétrica pôs em evidência um dos pontos mais vulneráveis do modelo: os baixos níveis de investimento agregado e a consequente degradação da infraestrutura.

A vitória de Lula em 2002 dramatizou outra fragilidade do esquema político em vigor: seu caráter excludente no aspecto social, expresso claramente nas prioridades do governo Fernando Henrique Cardoso, em suas relações conflituosas com os grupos sociais organizados e em sua parca capacidade de comunicação com as parcelas mais desvalidas da população. Desmentindo os prognósticos dos derrotados, a eleição de Lula não precipitou o país em trajetória de crise. Pelo contrário, mantido o compromisso com a estabilidade monetária, seu governo empenhou-se em reconstruir a capacidade de gestão do Estado, seriamente dilapidada no período anterior. Além disso, adotou medidas inteligentes que romperam a suposta barreira do “produto potencial”, conceito repetido como um mantra pelos economistas do “mercado”, com o efeito de uma camisa de força. Fez isso por meio de ação refletida com objetivo de mitigar conflitos e encontrar soluções negociadas para os problemas. À direita e à esquerda, os críticos do governo Lula falam em continuidade. Mas o segredo de seu êxito está na forma como logrou combinar continuidade e mudança.

Essa afirmação aplica-se à aliança social que se expressa nele. Ela não exclui (falo no presente, porque não vejo mudança neste tópico, em particular, com a transição ao governo Dilma) os interesses que estavam aninhados no núcleo da situação passada. Mas os coloca em um lugar diferente, ao retirar-lhes a prerrogativa de dizer a última palavra e ao inseri-los em uma coalizão mais diversificada e muito mais ampla. Mais especificamente, abrindo-se para forças sociais até então alijadas, a dita aliança reserva um lugar aos interesses radicados no mercado financeiro, mas nega a estes o comando político.

Rev. Faac: Em recente entrevista, o economista Luiz Carlos Mendonça de Barros afirma que o governo de Dilma estaria “à esquerda” em relação ao de Lula porque seria mais “ideológico” e “intervencionista”. Em que medida essa percepção está correta e quais seriam suas eventuais consequências?

SVC: Não creio que as categorias empregadas sejam pertinentes para qualificar as diferenças, reais ou supostas, de orientação econômica. De resto, esquerda e direita são noções controversas e Luis Carlos Mendonça de Barros não me parece a pessoa mais qualificada para usá-las de forma esclarecedora.

Rev. Faac: O professor Wanderley Guilherme dos Santos defende a tese de que, durante a “Era Lula”, tivemos uma ruptura definitiva com o populismo porque os padrões de inclusão receberam um caráter mais universalista, diferente, portanto, da “cidadania regulada” própria dos tempos varguistas. Qual é a sua opinião sobre essa proposição?

SVC: A questão conjuga duas noções de naturezas bem diferentes. Populismo é um termo de uso difundido – em países e em períodos diversos – com múltiplas acepções. Já “cidadania regulada” é um conceito cunhado pelo autor citado para dar conta de alguns aspectos centrais da experiência histórica do Brasil moderno. Não caberia a mim ajuizar a maneira como ele a emprega para qualificar os padrões de inclusão que deram timbre ao governo Lula. Diria apenas que estou plenamente de acordo com a sua negativa: seja qual for o significado dado ao termo populismo, ele é inepto para descrever a orientação do governo Lula.

Rev. Faac: O impeachment do presidente Collor revela um papel proeminente dos partidos políticos, também contrariando certas tendências da literatura política e sociológica em tratar nosso presidencialismo como um sistema frágil e intrinsecamente instável. Passados quase 20 anos daquele momento crítico, como o senhor avalia o desempenho do nosso sistema decisório, em particular o papel desempenhado pelos partidos?

SVC: A referência à crise do impeachment é oportuna, porque nos convida a um olhar menos enviesado sobre as instituições políticas brasileiras. O nosso sistema decisório contém inúmeros e graves problemas, mas o reconhecimento desse fato não deve nos cegar para o que possa haver nele de positivo. O fato é que não estaríamos onde estamos – do ponto de vista eco-

nômico e político – se o sistema fosse tão viciado como se afigura frequentemente no debate político corrente. Se acreditasse nessa opinião, o governo seria mantido permanentemente na condição de refém de partidos políticos sem qualquer identidade programática – eles próprios meras coligações frouxas de grupos cujo horizonte não ultrapassaria os seus interesses mesquinhos. Essa representação, muito difundida na mídia, não condiz com a realidade desvendada pelos estudos mais sérios sobre o comportamento legislativo, que revelam disciplina partidária e poder do Executivo nada desprezíveis. O sistema partidário brasileiro é complexo e heterogêneo. Nele convivem partidos de origem, composição, tamanho e natureza muito diferentes. Como era de se esperar, diversos também são os papéis que eles desempenham.

Rev. Faac: É correto afirmar que passamos por um processo de maturação das instituições políticas no período recente e que, por outro lado, temos a conformação de uma nova sociedade (urbana, mais escolarizada, com mais mobilidade e ascensão, etc.)? E sobre a relação entre sociedade e instituições políticas, é possível dizer que hoje há mais sintonia entre as demandas daquela e as respostas destas?

SVC: A relação entre demandas sociais e iniciativas das instituições políticas tem mão dupla. O governo – em suas três faces: Executivo, Legislativo e Judiciário – é muito sensível às demandas sociais, mas estas, por sua vez, são fortemente condicionadas pelas políticas dos três poderes. Agora, a sociedade não fala em uníssono. O problema não é tanto o grau de sintonia entre demandas e políticas públicas, mas, de um lado, a configuração das demandas contraditórias que emanam dos mais variados segmentos de uma sociedade tão desigual como a nossa e, de outro, a seletividade embutida nos canais que as comunicam ao sistema político. Mais grave ainda é a existência, nessa sociedade, de amplas camadas da população de tal forma desvalidas que carecem dos meios intelectuais e materiais para formular demandas. No meu entender, temos avançado bastante em ambas as dimensões, mas o que resta fazer para chegarmos a um padrão aceitável de cidadania – pois é disso que estamos falando – é tanto, que pode ser definido como o nosso grande desafio nacional.

Rev. Faac: O ex-presidente FHC foi muito criticado por propor que a oposição esquecesse o “povão” e se preocupasse mais com segmentos intermediários emergentes. A esse entendimento subjaz a percepção de que a sociedade brasileira mudou

bastante nas últimas décadas. Mas, afinal, que tipo de sociedade emergiu após a década perdida, a transição democrática, a estabilização e os novos formatos da inclusão?

SVC: Apesar do tom reflexivo, raro no debate político brasileiro corrente, o ex-presidente foi infeliz nesse juízo. Mesmo que o diagnóstico a respeito da conquista das camadas populares (o “povão”, na linguagem um tanto desastrada de FHC) seja correto, a conclusão prática não se justifica. Aparentemente, o político foi traído aqui pelo sociólogo e, para piorar, este não estava em seus melhores momentos. A correlação entre classe/grupos sociais e partidos é sempre imperfeita e, na disputa política, avançar em terreno hostil, mesmo que isso signifique obter o apoio de uma fração mais ou menos reduzida do universo considerado, pode se revelar decisivo. A observação vale para os setores emergentes que, em seu argumento, deveriam ser o alvo privilegiado da estratégia da oposição. Eles vão ser – e estão sendo – objeto de intensa disputa e surpreenderiam se pendessem em bloco para tal ou qual partido. Em certo sentido, o poder de atração dos partidos identificados com o governo – é importante frisar este ponto, porque se trata de um governo de coalizão – sobre esse grupo é muito maior do que o da aliança oposicionista. Esse fato fica muito mais evidente quando se considera a dimensão espacial, basta pensar nas transformações em curso no Nordeste e na votação que Dilma obteve nessa região.

Por aí, eu toco na segunda parte da sua questão. Que tipo de sociedade é essa, que emerge depois da década perdida? Consciente da temeridade de resumir numa frase a resposta a tema de tal amplitude, eu diria que essa é uma sociedade que reencontrou seu dinamismo, reduz paulatinamente suas enormes disparidades e vem quebrando os padrões de deferência que a marcaram historicamente.

Rev. Faac: Collor, Itamar, FHC e Lula (ambos duas vezes) tiveram que formar maiorias depois das eleições. Desde a democratização, agora, pela primeira vez, um governo é eleito já com uma sólida e majoritária base de sustentação no Congresso. Essa nova situação altera substantivamente o sistema de barganhas políticas e aumenta a governabilidade ou apenas amplia o poder de fogo do PMDB e de outros aliados?

SVC: A amplitude da base de sustentação parlamentar coloca problemas novos de gestão, mas não se traduz necessariamente em debilidade do governo em

sua relação com os partidos. Não há como pensar as relações políticas sem levar em conta o conteúdo das ações efetuadas pelas partes envolvidas. Ainda há pouco, o governo Dilma parecia encurralado, mergulhado prematuramente em crise pela avalanche de denúncias contra vários membros de sua equipe. A adoção de medidas bem calibradas – algumas delas de caráter eminentemente simbólico, como os gestos de simpatia em relação ao ex-presidente Fernando Henrique Cardoso – foram o bastante para desanuviar o quadro e, mais do que isso, para convertê-lo em fator de fortalecimento da posição institucional da presidenta. Agora, o que assistimos nesses últimos meses foram movimentos táticos, que afetam muito pouco os grandes condicionantes da situação política que, no meu entender, tende a reforçar a liderança institucional da Presidência, por inúmeros motivos.

O primeiro e mais importante deles é o quadro econômico e social relativamente favorável que estamos vivendo, aliado à percepção disseminada na sociedade de que este se deve, em medida não desprezível, às políticas adotadas pelo governo (refiro-me indistintamente aos governos Lula e Dilma). Nesse contexto, as turbulências da economia internacional – renitência da crise nos Estados Unidos e agravamento dela na Europa – não enfraquecem o governo. Pelo contrário. A noção dos riscos envolvidos na conjuntura internacional aumenta a importância atribuída às decisões de política econômica e, por essa via, o poder de comando da Presidência.

O segundo é o desconcerto da oposição. Impressiona ao observador desapassionado a sua incapacidade de se preparar para responder efetivamente, em prazo hábil, ao desafio político de como enfrentar um governo popular com políticas razoavelmente bem sucedidas. Transcorridos oito anos, não se viu surgir no campo da oposição nenhuma grande ideia nova, nenhuma proposta inspiradora, nenhuma mudança nas formas de organização e nos modos de fazer política. Se descontarmos a tentativa de desmontar o governo Lula na crise do chamado “mensalão” (que não foi levada até o fim pelo justificado temor de suas consequências), esse tempo precioso foi esbanjado pelos partidos oposicionistas nas escaramuças estereis de uma guerra de atrito na qual embarcava a reboque dos grupos que controlam os principais meios de comunicação no país. Justificado ou não, o discurso denunciatório pode desgastar o governo, mas ele não se traduz em acúmulo para a oposição.

Beneficiado por amplo consenso em torno das linhas mestras de sua política, convivendo com

uma oposição desarticulada e pouco criativa, o governo goza de uma boa margem de liberdade no trato com os partidos que compõem a sua base de sustentação.

Rev. Faac: Alguns analistas ressaltam a “simplificação” do quadro partidário mediante um bipartidarismo informal entre PT e PSDB (sintetizado nas últimas cinco disputas presidenciais) que, inclusive, passou a reorientar a conduta destes e de seus aliados nas disputas estaduais. Em sua opinião, essa tendência deve continuar nas próximas eleições ou é possível projetar novas disputas com novos atores? O PSD pode alterar essa dinâmica?

SVC: Posso me equivocar, mas não levo muito a sério o projeto do PSD (o próprio nome do pré-partido é um convite à pilhéria). Sei que ele já nasce com uma bancada grande, e que está sendo objeto de apostas cruzadas originadas em vários quadrantes do espectro

político – inclusive do PT. Mas tenho dificuldade em considerar esse protopartido como algo mais do que um fenômeno de conjuntura. Ele surgiu de dissensões no DEM e os seus principais impulsores permanecem à sombra. Sua disposição em aderir a governos de turno – em todos os níveis –, sua indefinição programática, as circunstâncias que cercam o seu processo de organização, o afã em queimar etapas para atender às exigências do calendário eleitoral e a atenção dedicada a detalhes pueris – a própria escolha do nome e o empenho para garantir um número atraente à sigla – na expectativa de angariar o voto dos incautos, tudo isso dá ao projeto uma dose de artificialismo que o transforma em expressão caricata da miséria política nacional. Pode ser que a tendência ao “bipartidarismo informal” se quebre nas próximas eleições. Mas, se isso acontecer, será muito mais provável pelo efeito combinado do enfraquecimento das agremiações oposicionistas e do fortalecimento de partidos que compõem o campo da “situação”.